



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 20, v. 1  
jan-abr.2024  
p. 121-141

# Experiências de microagressões contra a identidade não binária

*(Microaggression experiences against non-binary identity)*

*(Experiencias de microagresiones contra la identidad no binaria)*

Gabriel Ponce de Leão Lima Almeida<sup>1</sup>

André Luiz Machado das Neves<sup>2</sup>

Daniela dos Santos Dantas<sup>3</sup>

**RESUMO:** As microagressões são maneiras sutis de se realizar ataques a identidades por conta do gênero e da sexualidade. Com foco na identidade não binária, esta pesquisa qualitativa buscou analisar os relatos de três participantes levando em consideração os doze temas de microagressão por Nadal, Skolnik e Wong (2012), utilizando, para isto, uma análise temática, com o objetivo de analisar os temas mais recorrentes. Como resultado, apenas alguns dos temas foram contemplados pelas falas dos participantes, com maior representação em dois temas, sendo um tema sobre as microagressões sistêmicas e ambientais e o tema do uso de terminologia de gênero incorreta e/ou transfóbica. Se sugere maior desenvolvimento sobre as microagressões contra pessoas trans, especialmente contra pessoas não binárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Microagressão; Não binário; Transgênero.

**Abstract:** Microaggressions are subtle ways of carrying out attacks on identities because of gender and sexuality. Focusing on non-binary identity, this qualitative research sought to analyze the reports of three participants considering the twelve themes of microaggression by Nadal, Skolnik and Wong (2012), using, for this, a thematic analysis, with the objective of analyzing the most recurrent themes. As a result, only some of the themes were contemplated by the participants' speeches, with greater representation in two themes, being a theme about systemic and environmental microaggressions and the theme of the use of incorrect gender and/or transphobic terminology. Further development is suggested on microaggressions against trans people, especially against non-binary people.

**Keywords:** Microaggression; Non-binary; Transgender.

**Resumen:** Las microagresiones son formas sutiles de realizar ataques a las identidades por razón de género y sexualidad. Centrándose en la identidad no binaria, esta investigación cualitativa busco analizar los relatos de tres participantes, teniendo en cuenta los doce temas de microagresión de Nadal, Skolnik y Wong (2012), utilizando, para ello, un análisis temático, con el objetivo de analizando los temas más recurrentes. Como resultado, solo algunos de los temas fueron contemplados por las declaraciones de los participantes, con mayor representación en dos temas, uno sobre las microagresiones sistémicas y ambientales y el tema del uso incorrecto de terminología de género y/o transfóbica. Se sugiere un mayor desarrollo sobre las microagresiones contra las personas trans, especialmente contra las personas no binarias.

**Palabras clave:** Microagresión; No binario; Transgénero.

1 Mestre em Segurança Pública, cidadania e direitos humanos pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutorando em Saúde Pública na Amazônia pela UEA. E-mail: gabrielponceleao@gmail.com

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UEA; do Doutorado em Saúde Pública na Amazônia em associação FIOCRUZ/UEA/UFAM e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAM. E-mail: almachado@uea.edu.br

3 Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: dani\_sansilva@hotmail.com



## Introdução

A violência nem sempre se mostra da forma direta e física com a qual estamos acostumados a pensar. A violência ocorre no cotidiano, também através de falas, gestos e ações que, aos olhos daqueles que não as sofrem, parecem inofensivas.

É nessa direção que privilegiamos a categoria Microagressões para dar conta de um esforço analítico para descrever sobre violências perpetradas contra pessoas não binárias. As microagressões podem ser definidas como apresentações sutis e comuns de preconceito contra um determinado grupo ou pessoa, sendo estas microagressões diferentes a depender do grupo analisado. Um destes grupos, por exemplo, pode ser o das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e não-binários, que convivem com esta forma de agressão partindo de diversos contextos sociais e que perpassa diferentes identidades. A identidade não binária, foco deste artigo, possui uma vivência própria que torna suas experiências vulneráveis à microagressões (Balem, 2020).

O presente estudo teve como objetivo compreender quais temas de microagressão se mostraram mais presentes na vida de pessoas não binárias e em quais contextos estas violências aconteceram.

## 1 Microagressões

A violência se apresenta de diversas formas, como física, emocional ou psíquica, e estas podem ser direcionadas a grupos específicos, como mulheres, crianças, grupos étnicos, entre outros. A violência costuma ser mais presente em certas formas a depender do grupo a quem é dirigida e ela pode ser até mesmo socialmente aceita, dependendo da forma tomada, como é o caso de violências mais “indiretas”, ou seja, que se mostram menos perceptíveis pois são menos físicas e mais subjetivas (Jackman, 2002).

O impacto deste tipo de violência é compreendido ao se notar que o ser humano possui uma necessidade psicológica básica de pertencer, moldando-se a padrões sociais em relações com os outros (Baumeister; Leary, 1995). Quando as pessoas experimentam algum tipo de exclusão, qualquer tipo de experiência interpessoal negativa que as faça se sentirem isoladas física ou emocionalmente dos outros, sua necessidade de pertencer é ameaçada (Richman; Leary, 2009; Riva; Eck, 2016). Assim, a experiência de exclusão social, um dos tipos de violência indireta, é acompanhada de vários reflexos psíquicos negativos, como dor emocional, raiva e ameaças a outras necessidades, como da autoestima, do controle e da existência significativa (Schneider; Wesselmann; Desouza, 2017; Williams; Nida, 2011). Estas consequências negativas podem ocorrer de forma mais frequente e mais intensa entre as pessoas que, de alguma forma, estão em situação



de estigmatização, como membros de grupos raciais e étnicos que são mais propensos a serem socialmente excluídos do que indivíduos não estigmatizados (Kurzban; Leary, 2001).

Um conceito em específico busca compreender e categorizar os tipos de violência subjetiva como a exclusão social, além de outros tipos de ataques à identidade da pessoa. O conceito em questão é o da microagressão (*microaggression*), cunhado na década de 1970 pelo pesquisador Chester Pierce (Pierce, 1970) ao elaborar sobre maneiras sutis e subjetivas com que pessoas pretas sofriam racismo por parte de pessoas brancas. Posteriormente o termo ganhou novo vigor e características na pesquisa de Sue e demais autores (2007), que categorizou as microagressões em certos tipos, criando uma taxonomia, afirmando que microagressões raciais estão propensas a acontecer na maioria dos encontros interraciais, além de apontar que estas microagressões podem acontecer também por questões de gênero, orientação sexual, contra pessoas com deficiência, entre outras.

Após a criação do termo microagressão em 1970 e o ressurgimento em trabalhos científicos em 2007, pesquisas com o termo se popularizaram e diversas outras produções exploraram este fenômeno, agora em grupos além do que foi originalmente focado, no caso, pessoas pretas norte-americanas. Então o foco racial é trocado pela questão do gênero com pesquisas que começam a abordar as microagressões dirigidas às mulheres, também com sua própria taxonomia (Capodilupo *et al.*, 2010).

Posteriormente uma visão mais ampla sobre as microagressões infligidas às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) é mais debatida no trabalho de Nadal (2013), que traz questões concernentes apenas às pessoas gay, lésbica, bissexual e transexual, inclusive trazendo a questão do que chama de microagressões interseccionais, que seria o fato de um contexto atravessar outro e assim mudar a forma como a microagressão é percebida, por exemplo, ao se falar da microagressão sofrida por uma pessoa LGBT e ao mesmo tempo dialogar com questões raciais, de gênero, acessibilidade e inclusão, dentre outros.

Existe, entretanto, uma disparidade entre a existência de cada uma destas identidades que não permite uma análise generalizada entre elas. Se pode usar como exemplo as disparidades entre as violências sofridas por homens gays e mulheres trans, estas em situação de vulnerabilidade muito maior (Carvalho; Carrara, 2013). Assim, Nadal, Skolnik e Wong (2012) realizam uma pesquisa e propõe uma taxonomia específica às identidades trans, expandindo as já propostas para as pessoas LGBT.

Até aqui se buscou contextualizar o conceito de microagressão que é norteador deste artigo. Por sua vez, este artigo tem como objetivo, ampliar a proposta de Nadal, Skolnik e Wong (2012),



tendo como foco as pessoas não binárias.

## 2 Identidade trans e a não binaridade

O estudo de gênero, vital para se compreender a identidade trans, inicia-se através de trabalhos feministas que buscam compreender como o papel social da mulher foi se moldando através da história até o ponto atual e como as estruturas de poder se mantêm baseadas nesta hierarquização de gênero. O fazer mulher e o fazer homem são postos em debate (Louro, 2008).

Posteriormente, as pesquisas de gênero focam cada vez mais no próprio conceito de gênero, como ele é construído e a partir de qual ótica. Butler (2003) reforça a diferença entre sexo e gênero, salientando a concepção cultural e social deste último, que não é intrinsecamente ligado ao sexo, podendo transitar entre corpos “biologicamente” masculinos ou femininos. A autora questiona o determinismo do termo, levantando questões sobre quem teria o poder de determinar o sexo, e por que este seria lido através de um olhar biológico e não social.

O conceito de gênero e sexualidade acaba sendo mesclado de tal forma que a imagem separada destes dois termos é de difícil compreensão para aqueles que não fogem à norma. O ser antes de ser lido enquanto pessoa, é lido como um gênero (Butler, 2003). O gênero também está muito ligado aos estereótipos socialmente construídos. Estereótipos são imagens, ideias e conceitos que são rapidamente atrelados a um grupo específico como sendo características amplas deste, sendo esperado um certo comportamento de qualquer indivíduo que faça parte deste grupo (Nelson, 2015).

A verbalização de “ser mulher” ou “ser homem” implica significados além da visão biológica do ser, como uma reafirmação positiva de si mesmo e, apesar de não existir uma definição específica do significado desses termos, estima-se que a afirmação de um é a negação do outro, ou seja, “sou homem pois não me sinto mulher” ou “sou mulher pois não me sinto homem” (Butler, 2003). A identidade de gênero começa então a ser mais debatida e outras possibilidades de se viver esta identidade começam a ganhar protagonismo.

Simmons e White (2014) apontam que as terminologias de pessoas trans estão em constante transformação para melhor descrever a maneira com que pessoas trans se sentem em relação ao seu gênero, pela performatividade, como a sociedade a vê ou como a própria pessoa se compreende com o passar do tempo. O termo transgênero seria então um termo guarda-chuva que guarda em si diversos outros gêneros que não correspondem com o gênero definido pelo biológico, apesar de ser pouco ao se tratar de indivíduos em contexto nacional. O termo guarda-chuva é utilizado para abarcar todas as identidades não cisgêneras, tendo dentro deste conceito, por exemplo, homens e



mulheres trans binárias e não binárias, pessoas não binárias, gênero fluido e outras (Lanz, 2014)

O binarismo de gênero é um conceito que admite a existência de apenas dois gêneros e duas maneiras distintas de performá-los, sendo o masculino e feminino. Estes gêneros estariam em pontas dicotômicas, representando opostos completos e que não se encontram de forma alguma. É na existência do termo guarda-chuva “não binário” que se encontra o espectro entre o masculino e feminino, ou mesmo completamente fora dele, abarcando diversas maneiras de se viver o gênero sem as amarras sociais que estabelecem padrões rígidos destas vivências (Richards *et al.*, 2016). A própria ciência vem progredindo e refutando a separação binária de gênero, rejeitando-a como padrão inato e reafirmando diversas formas do ser humano de se apresentar e viver através do seu gênero (Hyde *et al.*, 2019). Mesmo assim, há poucas pesquisas focadas em pessoas não binárias mesmo sendo uma parcela expressiva da comunidade transgênero (Matsuno; Budge, 2017).

Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes ‘masculino’ e ‘feminina’ é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo (Butler, 2014, p. 253).

Novamente se faz necessário trazer a teoria *queer* como ponto que permite as vivências de formas fora do padrão binário de gênero bem como do padrão cisheteronormativo. A identidade não binária, por exemplo, se afasta da identidade de homem e mulher, não se enquadrando nas representações sociais que estes dois gêneros trazem consigo, vivendo uma expressão que pode ao negar estes padrões ou utilizar de ambos.

[...] nossa cultura hoje tenta reduzir a ampla gama de corpos habitáveis em dois, e apenas dois, gêneros, um dos quais está sujeito a maior controle social do que o outro, com ambos os sexos sendo baseados na genitália sexo. Vidas que não se conformam a este padrão dominante são geralmente tratadas como lixo humano (STRYKER, 2017, p. 12)

A relação causal entre os três conceitos (sexo, gênero e sexualidade) é também socialmente intensificada, de maneira a tornar um padrão o mais esperado possível, rechaçando os outros como divergentes (Butler, 2003). Estes divergentes são aqueles que fogem do padrão hétero (homossexuais, bissexuais etc.), e cisgênero (pessoas trans).

Mesmo com as poucas mudanças para orientar sobre questões de preconceito e discriminação, pessoas trans sofrem ainda com atos (ou a ausência destes), gestos, termos ou outras manifestações que agridem sua identidade e história, marginalizando e cometendo violência mesmo que de forma subjetiva (Martínez-Guzmán; Íñiguez-Rueda, 2017).



### 3 Método

Este artigo foi desenvolvido a partir de um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Perspectivas e vivências de microagressões de pessoas trans e travestis na cidade de Manaus* – que abordou as microagressões vivenciadas por pessoas trans – e defendida no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. A dissertação foi vinculada a uma pesquisa internacional, nominada *Experiences of interpersonal interactions in Schools and Health Care system: microaggressions and ostracism against transgender individuals in Brazil*, vinculada à University of Illinois, coordenada e orientada no Brasil pelo terceiro autor deste texto.

Para conhecer os aspectos associados com as microagressões sofridas por pessoas não binárias, frente aos objetivos delineados nesta pesquisa, este estudo foi estruturado por meio de pesquisa de campo, levando as características de ser um estudo exploratório pelo esforço de desenvolver conhecimentos sobre as microagressões sofridas por pessoas trans e descritivo em função de visar descrever as características dessas microagressões.

Para isto, foram contatadas pessoas não binárias na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, no Brasil. A amostra foi por conveniência, sem o desejo de realizar um recorte de tempo ou espaço. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada com questões acerca da vivência enquanto pessoa trans em diversos espaços e em contextos sociais.

Foram entrevistadas três pessoas não binárias, identificadas através de pseudônimos, com suas características descritas conforme a tabela abaixo.

Tabela 1: Quadro de participantes

| Participante | Pronomes  | Idade | Ocupação    | Escolaridade        | Grupo Étnico | Estado Civil |
|--------------|-----------|-------|-------------|---------------------|--------------|--------------|
| Clay         | Todos     | 20    | Estudante   | Superior Incompleto | Branco       | Solteiro     |
| Alder        | Ele/Dele  | 23    | Pesquisador | Superior Completo   | Branco       | Solteiro     |
| Cilan        | Ele/ Dele | 23    | Estudante   | Superior Incompleto | Branco       | Solteiro     |

Fonte: elaboração própria.

Para realização deste estudo, foram respeitadas as diretrizes éticas propostas para pesquisas realizadas com seres humanos, através do Parecer nº 3.300.875, emitido pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas.



#### 4 Temas de microagressão

O estudo conduzido por Nadal, Skolnik e Wong (2012) gerou doze temas de microagressões enfrentados particularmente por pessoas trans, os quais são: (1) o uso de terminologia transfóbica, como insultos baseados em identidades de transgêneros, uso consistente ou intencional de pronomes incorretos, dentre outros; (2) a suposição da existência de uma experiência universal de identidade de gênero, dificultando as várias formas de construção identitária, como igualar todos os indivíduos transgênero a uma única forma de construção de identidade, acreditando que todas as pessoas de uma mesma identidade de gênero são iguais, podendo levar a negação de contratação profissional ou causar dispensa institucional por motivos preconceituosos, como a suposição que o trabalho a ser desempenhado é baseado no sexo do indivíduo, ou pela ausência de espaços neutros quanto ao sexo e gênero, ou ainda por preconceitos quanto ao *status* social, desempenho acadêmico e outros; (3) a exotização, como tratar as pessoas trans como estranha e exótica, fortalecendo preconceitos e dificultando aquisições de direitos ao diferenciar negativamente dos grupos a que estiver inserido(a), ou ainda construir a imagem de indivíduos trans como predominantemente de cunho erótico ou desumanizada ao tratá-las como objeto sexual ou símbolo sexual; (4) o desconforto com, ou desaprovação da identidade trans, como desqualificar a pessoa afirmando que se trata de uma “fase”, ou que é “bobagem”, coisa de “pessoas que não sabem o que quer”; (5) o endosso da cultura normativa de gênero e de comportamentos, como forçar uma mulher transgênero a agir como um homem cisgênero, ou vice-versa, por exemplo, fazer com que uma mulher transgênero segure uma porta ou puxe uma cadeira para uma dama, ou ainda forçar um homem transgênero a usar roupas mais femininas ou agir mais como uma mulher cisgênero; (6) a negação da realidade da transfobia tanto pessoal quanto cultural, como por exemplo afirmar que as dificuldades vividas por pessoas trans é invenção ou exagero; (7) a suposição de que a identidade trans é doença, seja mental ou física, afirmando que se trata de uma patologia sexual, desvio ou anormalidade; (8) a ameaça ou assédio físico, como perseguição ou contato físico inadequado; (9) a negação da transfobia individual, quando a pessoa nega que tenha sido transfóbica através de suas falas ou atos, podendo culpar a pessoa atingida por uma possível sensibilidade exacerbada; (10) a negação da privacidade do corpo, como violar o espaço pessoal mental/emocional ou físico por meio de perguntas intrusivas ou exposições em ambientes que comprometem a privacidade das pessoas trans; (11) as microagressões familiares, que ocorrem a partir de falas, gestos e ações vindas da família nuclear ou de outros parentes, podendo ser dos tipos mencionados anteriormente; (12) microagressões sistêmicas, quando as invalidações e ataques partem de origens sistêmicas,



como leis, estruturas físicas, dentre outros ou atacam a coletividade trans, bem como instituições públicas.

#### 4.1 Tema 1 – Uso de terminologia de gênero incorreta e/ou transfóbica

A primeira temática se pauta no uso de terminologia de gênero incorreta e/ou transfóbica, que compreende o uso de linguagem com intuito de rebaixar, uso incorreto de pronomes em relação ao gênero, intencional ou não, bem como questionar o gênero de alguém publicamente.

Um dos pontos trazidos é dos âmbitos institucionais, principalmente em ambientes de saúde, onde os entraves se dão desde a entrada no recinto, passando por seguranças e equipe de recepção, até o encontro da pessoa com os profissionais que efetivamente irão atendê-los. O não atendimento do respeito aos pronomes e nome social acabam se tornando um impeditivo para a inclusão de pessoas trans nos sistemas de saúde (Kcomt *et al.*, 2020).

**CLAY:** [...] eu usei assim, sabe, eu falei pronomes masculinos, essas coisas assim. E foi justamente numa consulta de ginecologista, né? E aí parece que, sabe, tipo, eu falei... eu não falei abertamente, assim, sabe, mas eu falei várias vezes e firmemente o pronome masculino só e, sabe, ela só ignorou (Clay, não binário, branco)

**CILAN:** Bem, por exemplo, com o psicólogo o que acontece? Ele acaba soltando um ‘ela’ para mim. Ele não anda confundindo mais o meu nome, né? Só que ainda usa feminino comigo, como se é esquecesse por um momento que eu sou trans. Isso me incomoda porque já faz uns meses que eu estou com ele... (Cilan, não binário, branco)

As dificuldades de acesso de pessoas trans aos serviços de saúde públicos já foram analisadas em outras cidades do Brasil, com achados semelhantes, em que o uso incorreto de pronomes, recusa do nome social e discriminação em geral mantinham esta população distante destes serviços (Rocon *et al.*, 2018).

Não apenas da negação em utilizar os pronomes escolhidos pela pessoa se faz a microagressão. O uso do pronome neutro também entra em debate quando sua utilização ou mesmo proposição é rechaçada, principalmente em ambientes virtuais. Clay expressa sua indignação quanto a este fenômeno e o quanto isto o atinge.

**CLAY:** [...] uma coisa que me frustrava muito era piada com pronome neutro, só que assim, você via que não era uma piada de pessoas trans para pessoas trans. Assim, não era uma coisa dentro do meio queer que ficava engraçado, às vezes até era, mas assim, as pessoas traduziam isso pra só uma ridicularização, sabe? E aí, às vezes eu ficava assim, me sentia ridicularizada, sabe? Como se fosse diretamente a mim, porque tecnicamente é, né? (Clay, não binário, branco)

As redes sociais se mostram um ambiente propício para este tipo de microagressão, em que o controle sobre palavras ofensivas, quando se trata de identidades não binárias, não é bem regulado e a construção destes espaços costuma se basear em ideias binárias de gênero (DEV *et*



al., 2021).

A questão dos pronomes em um debate de exclusão e inclusão vem se reacendendo recentemente, mas não é algo debatido unicamente pela geração Z, os nascidos após 1995. A pesquisa de Moulton, Robinson e Elias (1978) já debatia na época que mesmo quando pronomes masculinos eram utilizados em contextos neutros para se referir a homens e mulheres, poucos participantes pensavam em qualquer dos dois gêneros propostos, focando apenas na figura masculina. Já pessoas trans sequer se sentem representadas por qualquer dos pronomes por considerarem apenas o binário de gênero, com o qual nem todas as pessoas trans se identificam, sugerindo pronomes que não estejam ligados a nenhum destes (Wayne, 2005).

#### 4.2 Tema 2 – Suposição de uma experiência transgênero universal

O segundo tema debatido é o da suposição de uma experiência transgênero universal, que envolve a ideia de que todas as pessoas trans compartilham a mesma realidade, normalmente utilizando para este pensamento certos estereótipos quanto às suas identidades.

Cilan traz uma questão particular às identidades transmasculinas.

**CILAN:** Também até lembro que anos atrás o meu pai tinha até dito que homens trans eles costumam ser mais violentos do que homem cis e isso daí é algo que me incomodou bastante porque... e talvez tenha até feito demorar mais para eu me aceitar como uma pessoa não binária porque eu sou parecido com homens trans [...] mas incomodou ele implicar que a masculinidade de uma pessoa trans ela não pode ser algo saudável, algo bom, que a masculinidade de um homem cis ela é completamente aceitável. (Cilan, não binário, branco)

A suposição de que a masculinidade do homem trans poderia ser danosa pois implicaria em uma maior possibilidade de violência e agressividade é a ideia do pai de Cilan, mesmo Cilan não se identificando como homem trans. Não há comprovação de uma correlação direta entre hormônios masculinos e aumento da agressividade, apesar de existir uma suposição relacionada ao comportamento social (Moore, 1997) que leva em consideração uma masculinidade pautada em dominação e violência. Na visão do pai de Cilan, este comportamento, supostamente comum entre homens cis, estaria também presente, e de forma potencializada, na construção da identidade do homem trans ou figuras semelhantes. A própria identidade do homem trans está sendo construída como uma identidade exclusiva, levando em consideração seus processos de autorreconhecimento, os separando da ideia da identidade lésbica e de homem cis, as quais são comumente remetidos (Almeida, 2012).

#### 4.3 Tema 4 – Desconforto/desaprovação da experiência trans

O quarto tema engloba reações de desconforto e mudança no tratamento da pessoa trans ao



descobrir sua identidade de gênero, podendo ser de afastamento, reclusão.

Os relatos de Clay, uma pessoa não binária que frequenta principalmente o ambiente acadêmico e tem como principal círculo de amizades pessoas progressistas, apontam que as pessoas que reproduzem estas microagressões possuem um conhecimento, mesmo que básico, sobre a transgeneridade. Exatamente por este contexto, Clay aponta que as pessoas, ao descobrirem sobre sua identidade e seus pronomes, acabam por evitar contato visual ou conversarem diretamente com ele, o que Clay acredita ser pelo medo de errarem seu tratamento ou mesmo pela sua identidade não binária.

**CLAY:** [...] as pessoas, elas têm um certo, esse medo das pessoas de acabarem errando ou fazendo alguma coisa, faz terem esse afastamento, né? É aí eu senti que desde que eu me abri como uma pessoa não-binária, assim, certas pessoas que eram colegas, elas meio que se afastaram (Clay, não binário, branco).

**CLAY:** E aí eu tenho uma amiga minha que ela vai comigo pra todo lugar e aí ela sempre usa pronome masculino para as outras pessoas, pra se referir para as pessoas entenderem, assim, 'Ah, é outros pronomes' e tal. É aí, de vez em quando ela fala, tipo assim, 'Ai, é porque ele falou alguma coisa', aí as pessoas... dá pra perceber assim o olhar das pessoas, elas ficam meio assim, elas tavam falando, mantendo muito contato visual, estavam conversando normal, e aí parece que elas ficam meio nervosas. Elas param de olhar no teu olho assim, sabe? Elas ficam com medo de falar alguma coisa (Clay, não-binário, branco).

Apesar de universidades terem discursos mais abertos e com uma suposta aceitação de diversidade, seja ela étnica, sexual ou de gênero, esta inclusão é quase inexistente e, quando existe, vem acompanhada de condições (Pearce, 2020).

A percepção da mudança corporal, por exemplo, é um dos pontos que faz com que pessoas trans sofram das microagressões desta categoria, desde a evitação por não querer estar nos mesmos ambientes que estas pessoas e até mesmo na desaprovação verbal. É esperado do corpo trans uma apresentação binária que, quando não é alcançada, provoca discriminação (Tabaac; Perrin; Benotsch, 2018).

**CILAN:** [...] quando eu era criança [...] lembro de ter ouvido uma coleguinha minha que tinha praticamente a minha idade e ela estava falando que ela conheceu uma travesti, que ela estava endemoniada e que ela tinha voz demônio, algo assim (Cilan, não binário, branco).

**ALDER:** [...] mais ou menos 3 meses depois eu já tinha, tipo, eu não tenho muita barba, mas tem o suficiente para aparecer assim. Foi quando a minha mãe notou e aí teve que ter essa conversa em relação à identidade de gênero, que foi sempre tratado assim com muita ignorância por parte dela (Alder, não binário, branco).

Para se compreender estas respostas a identidades cujos corpos não seguem estritamente um ideal binário, se traz o conceito de heterossexualidade compulsória, que reforça a dominação masculina baseada em gênero e sexualidade, uma forma de regular corpos, atitudes e movimentos, impondo a todos o padrão heterossexual (Rich, 1980). Este conceito é diferente do conceito de



heteronormatividade, sendo que este último vem da suposição de que todas as pessoas seriam ou viveriam uma vida heterossexual, surgindo após novas proposições trazidas pelo movimento queer (Seidman, 2009). Esta ideia se mostra em diversos pontos abordados, em que o comportamento esperado de um padrão cis ou hétero é cobrado de pessoas LGBT, sendo duramente reprimido quando não atendido.

O corpo não binário é causa de preocupação por não se encaixar em uma norma binária. A discriminação que este corpo sofre em ambientes sociais está ligada a questões de ansiedade, que podem ser iniciadas através de questões relacionadas à imagem corporal (Tabaac; Perrin; Benotsch, 2018).

#### 4.4 Tema 6 – Negação da existência de transfobia

O sexto tema, denominado negação da existência de transfobia, ocorre quando se nega a existência da transfobia ou quando se minimiza o impacto de tais experiências para uma pessoa trans.

Não há muitas falas diretas que envolvam a negação da existência da transfobia, mas a fala do participante Clay traz um caso vivenciado em suas redes sociais ao falar sobre como não se identificava como mulher e que sua identidade seria não binária, obtendo como resposta de um usuário que isto seria misoginia internalizada.

**CLAY:** E aí muitos, muita gente, comentou sobre como isso era, tipo, no meu vídeo mesmo, comentava tipo, ‘Ah, isso é misoginia internalizada’. Eu ia, tipo, ‘o quê?’, de verdade. E eu já vi vídeo sobre isso também. Já apareceu pra mim das pessoas falando que... Falando de identidade não binária, como se fosse, assim, só misoginia internalizada, sabe? (Clay, não binário, branco).

A misoginia internalizada seria uma reprodução, pelas próprias mulheres, de atitudes, pensamentos e falas sexistas, normalmente culturalmente engessadas nestas mulheres, o que acaba causando diversas manifestações físicas e comportamentais ocasionadas por este sexismo internalizado, como, por exemplo, a auto objetificação que pode ocasionar distúrbios alimentares, ou a aceitação passiva de normas de gênero rígidas (Szymanski *et al.*, 2009). A questão levantada pelo indivíduo na fala de Clay seria de que a identificação da não binaridade seria uma fuga ou negação da identidade feminina e seus significados por uma mulher, o que termina sendo apenas uma fala transfóbica, visto que não há correlação entre a identidade de gênero e misoginia internalizada na literatura atual.

#### 4.5 Tema 9 – Negação de transfobia individual

O nono tema é chamado de negação de transfobia individual, em que a pessoa que é



transfóbica através de suas falas ou ações nega que tenha sido transfóbica, ocasionalmente culpando a própria pessoa trans pelo fato de a pessoa ter sido transfóbica.

Um primeiro ponto abordado por Clay é sobre a falsa aceitação da não binaridade que ele percebe em seu meio social, onde sua identidade como pessoa não binária é aceita e respeitada, mas a realidade de outras pessoas não binárias é invalidada, o que, indiretamente, também o invalida.

**CLAY:** Tudo que foge assim, um pouco da norma, sabe? É visto assim como esquisita, mas tipo, quando é comigo, não é esquisito, finge que não é esquisito, mas aí falam, tipo, no geral, aí fica, 'Ai, isso é muito esquisito, não sei o quê' (Clay, não binário, branco).

Clay traz a questão de perceber que as pessoas à sua volta não atacam identidades não binárias, mas quando não são diretamente sobre ela ou quando ela não está presente, estas pessoas mantêm suas críticas. Com isso, podemos trazer a teoria da espiral do silêncio de Noelle-Neumann (1974), que diz que um indivíduo está menos disposto e confiante em compartilhar seus pensamentos ao perceber que o grupo à sua volta possui uma opinião contrária, ao passo que se sentirá mais à vontade e será mais incisivo com suas ideias em meio a pessoas com pensamentos semelhantes. Este processo é comum às sociedades devido à necessidade básica do ser humano de pertencer e de se sentir incluído em um grupo social, aceitando ideias e valores que são aceitos pela maioria do grupo por conta do medo de ser excluído deste. Em suma, é mais importante para o indivíduo que ele não seja excluído do seu grupo do que expressar seus pensamentos contrários.

A negação de ter falado algo transfóbico costuma vir acompanhada de uma tentativa de fazer parecer que a pessoa ofendida não compreendeu o significado da mensagem ou que houve algum erro que não da própria pessoa. As justificativas acabam se tornando rotineiras no trato de falas transfóbicas que, para Clay, seriam mais bem resolvidas com a percepção da violência cometida, o que serviria de ensinamento para que não voltasse a acontecer.

**CLAY:** Assim o máximo que aconteceu foi quando erraram, assim, pronomes de outra pessoa e aí eu corriji, aí ficaram tipo assim 'Não, não, não sei o que', tipo, 'Ai, não foi isso que eu quis dizer assim e tal', sendo que era só falar 'Ah, é verdade', pronto, sabe? (Clay, não binário, branco).

#### 4.6 Tema 11 – Microagressões familiares

O penúltimo tema, como o nome indica, representa as microagressões cometidas por familiares referentes a diversos âmbitos da identidade de gênero, como a decisão de mudança corporal, mudança de nome, escolha de roupas, dentre outros.

É importante frisar que o binarismo é imposto desde a tenra infância e é mantido conforme a criança vai se desenvolvendo até a adolescência e idade adulta, tendo a família como grande mantenedor destes padrões que separam o masculino e o feminino (Rahilly, 2015). Isto é enraizado



na sociedade em geral. No Brasil, especificamente, a temática do gênero e sexualidade vem sendo cada vez menos debatida e, assim como questões pertinentes a diversos movimentos sociais, atacadas e perseguidas por parte da população e políticos (Silva, Neves, Mascarenhas, 2019; Carvalho, 2020).

Um ponto que ocorre com certa frequência é a invalidação da identidade trans pela família através de falas que buscam negar essa existência. No caso de Clay, a identidade feminina é reforçada principalmente através de pronomes de tratamento e de substantivos ligados ao feminino.

**CLAY:** [...] dia das mulheres, quando tinha coisa assim, e aí eles postam sobre isso e postam, tipo assim, ‘ah, minha menina’, essas coisas... E uma invalidação bem grande, assim, mesmo sabendo que tipo, eles não têm conhecimento sobre, ainda me incomoda, sabe? E pela minha irmã é a mesma coisa, assim, ela me segue e, tipo, ela viu os vídeos e ainda sou 100% tratado no feminino e 100% assim, lido como mulher, identificado como mulher em geral, né? (Clay, não-binário, branco).

A experiência da família quando entra em contato com uma existência trans em seu meio é diversa, mas uma grande parte se vê num processo de debate e conhecimento de tópicos que antes não lhe eram concernentes: gênero e sexualidade. A família como um todo inicia este processo para compreender o que são estes temas fora da norma cisheteronormativa e onde nesta vivência está inserida a pessoa trans (Mcguire *et al.*, 2016). É de grande importância o acolhimento da pessoa trans em especial no ambiente familiar, pois se entende que “é na família das pessoas trans que essas primeiras experiências de violências e retirada de direitos ocorrem” (Neves, 2020, p. 86).

#### 4.7 Tema 12 – Microagressões sistêmicas e ambientais

O último tema de microagressões são as sistêmicas e ambientais, que ocorrem em nível institucional ou comunitário, atingindo não apenas o indivíduo, mas a coletividade, podendo ocorrer através, por exemplo, de leis, estruturas físicas, regimentos, formulários, dentre outros, utilizados principalmente por instituições públicas, mas também por instituições privadas.

O ambiente escolar se mostra como um dos principais temas quando se trata das microagressões sistêmicas, abarcando não apenas o *bullying* sofrido por colegas com a mesma idade, mas também de professores, diretores, entre outros.

**CLAY:** E aí o professor, ele virou e falou assim ‘Ah, não me peçam para falar por nome neutro, porque não é um vocabulário e eu só sigo normas da língua portuguesa’ e aí, nossa, foi assim, um baque enorme, porque ele é um professor assim, super... ele é gay, eu acho, ele tipo, ele está no espectro, pelo menos ele é aquilo no mínimo, e ele é super aberto com isso, ele é uma pessoa, assim, que eu admirava muito pelo trabalho dele, ele é super progressista e assim, foi uma facada no coração, no meio da aula (Clay, não binário, branco).

O ambiente escolar por si só é projetado para manter uma estrutura pautada em padrões de



gênero e sexualidade, e isto é reproduzido por outros alunos, mas principalmente pelos trabalhadores deste local, professores, diretores, equipe administrativa, dentre outros que fazem da escola um ambiente para as crianças, mas não todas as crianças (Braga; Machado; Oliveira, 2018). O debate da inclusão destas crianças “dissidentes” é costumeiramente barrado em discussões legislativas sob o pretexto de sexualização de menores, o que acaba por se mostrar novamente uma tentativa de manter esta estrutura de poder.

Há uma cobrança da escola para que esta atue além de um ambiente de ensino científico, mas de valores, moral e ética. Entretanto, estes mesmos ensinamentos não são bem recebidos quando se leva em consideração questões interseccionais como raça, gênero, sexualidade, idade, dentre outros, bem como os diferentes arranjos familiares que demandam que assuntos distintos sejam ministrados e observados (Carvalho, 2004).

Já os ambientes de saúde também se mostraram bastante evidentes nas falas dos/das participantes, em grande parte com relação ao seu tratamento antes e até mesmo após a retificação no registro civil.

Mesmo sabendo dos direitos, Alder menciona que a questão da transgeneridade sempre é lembrada por conta da confusão da equipe da Unidade Básica de Saúde. A ideia de facilitar o atendimento e não precisar desta explicação é ineficaz por conta deste ponto.

**ALDER:** [...] na UBS eu nem me dou ao trabalho porque eu até tinha um cartão do SUS com nome social, mas na verdade eles não olham o cartão do SUS, aí eu apareço com uma fisionomia relativamente masculina e aí quando eu dou minha identidade, precisei fazer isso para fazer o teste de COVID, [...] está um nome feminino e aí elas perguntam ‘É isso mesmo?’, aí vai lá eu vou explicar de novo o que está acontecendo e as pessoas ali na sala elas ficam olhando estranho, eu senti pelo menos, então são essas situações que me deixam desconfortável (Alder, não binário, branco).

Portaria MS nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, entre eles o direito ao uso do nome social no cartão do Sistema Único de Saúde – SUS (Ministério da Saúde, 2009). Este acesso ainda foi ampliado com o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (Brasil, 2016), sendo o nome civil utilizado apenas para fins administrativos internos.

Também há a questão de que, apesar da resolução quanto ao uso do nome social no SUS, em outros ambientes estas determinações não possuem a mesma força. Alder traz também o seu exemplo enquanto usuário de serviços particulares de saúde, nos quais as microagressões se mantêm. Ao mesmo tempo, há uma questão referente à não inclusão de corpos trans em certas especialidades médicas que afastam este público do âmbito hospitalar.



**ALDER:** Eu uso o plano de saúde que não tem suporte para nome social e, como se não fosse suficiente, toda vez que eles chamam o nome eles chamam o nome de registro gigante no telão, numa voz falando em voz alta, isso causa muito constrangimento até porque todo mundo olha para ver quem está levantando. Aí quando eu entro na sala do profissional, o profissional ele fica meio confuso, não sabe como se dirigir exatamente para mim (Alder, não binário, branco).

**ALDER:** [...] como pessoa trans, é... transmasculina na verdade seria o termo mais certo, tem uma incrível dificuldade de achar exames voltados para exames ginecológicos, exames de imagem que envolve essas partes, geralmente essas situações são muito mal lidadas com o pessoal que está atendendo. Eu evito ir nessas situações para evitar constrangimentos, então eu sei que isso pode levar a problemas na saúde, mas é algo que eu prefiro evitar e sei que isso acontece com muito mais outras pessoas transmasculinas (Alder, não binário, branco).

**CILAN:** [...] eu já cheguei a me atender com psicólogos antes desse e do atual e me trataram bem pior. Tipo, eu tive dois psicólogos da rede pública que tentaram me fazer deixar de ser trans. [...] teve outra psicóloga que já me atendeu com o plano de saúde e ela ainda usava tudo feminino comigo, ela não usava masculino, mesmo depois dela saber que eu era trans e ela continua falando comigo de forma extremamente feminina, sabe? (Cilan, não binário, branco).

Cabe ressaltar que quanto à prática da psicologia, há a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/1999 (Conselho Federal de Psicologia, 1999), que estabelece normas quanto ao atendimento de pessoas não heterossexuais, enquanto a Resolução CFP nº 1/2018 (Conselho Federal de Psicologia, 2018) estabelece normas para o atendimento de pessoas trans e travestis, ambas pautadas na não patologização e acolhimento deste público.

### Considerações finais

As microagressões abarcam contextos de segregação social de minorias e se manifestam através de violências sutis. Com esta realidade em debate, ao se buscar compreender quais temas de microagressão se mostraram mais presentes na vida dos participantes e em quais contextos estas violências aconteceram, considera-se que as experiências de microagressões das pessoas não binárias entrevistadas não contemplaram todos os doze temas propostos, apesar de isso não significar que não ocorram.

No caso das pessoas não binárias entrevistadas, todas apontaram que utilizam vestuários, acessórios e outras características corporais ligadas ao masculino para afastar uma identificação social exclusivamente feminina. Dois dos participantes fazem uso da terapia hormonal e, com frequência, utilizam serviços públicos de saúde. Como resultado, as experiências de microagressões se mostraram mais numerosas no último tema, o das microagressões sistêmicas e ambientais, e no primeiro tema, o do uso de terminologia de gênero incorreta e ou transfóbica, em que o uso incorreto também se apresenta principalmente em ambientes de saúde e de educação.

É importante reforçar que o último tema é referente às microagressões que ocorrem através de leis, estruturas físicas, regimentos, formulários, normas, dentre outros. Já o primeiro tema ocorre



exclusivamente através da pessoa, profissional destes ambientes ou não, pautado exclusivamente na decisão da pessoa de não utilizar os pronomes corretos ou nome social. Esta diferença é de grande importância pois tanto o uso do nome social quanto o uso dos pronomes são garantidos através de dispositivos legais, o que indicaria um amplo desconhecimento da lei sobre esta temática ou uma recusa consciente do uso do nome social pelo(a) profissional.

Pesquisas focadas em pessoas não binárias ainda são escassas, sejam elas voltadas às questões de segurança, saúde ou educação. Se sugere uma ampliação dos estudos envolvendo microagressões contra pessoas trans, especialmente as de pessoas não binárias, e a possibilidade de expansão de temas voltadas a esta identidade.

---

### Referências

ALMEIDA, G. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wkWvfpf58vHyvr35KTZyvtr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BALEM, I. F. *(Bio)política nos corpos, violência normativa e (in) visibilidade da identidade de gênero não binária: perspectivas do reconhecimento e desdobramentos até o direito à extimidade*. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23180>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, [Washington, DC], v. 117, n. 3, p. 497-529, 1995. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1995-29052-001>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRAGA, L. A.; MACHADO, T. P.; OLIVEIRA, L. Entre o temor e a resistência: o demônio da boneca e o “viadinho” abusado. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 9, p. 75-86, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25760>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. Ministério das mulheres e igualdade racial e dos direitos humanos. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: MMIRDH, 28 abr. 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.727%2C%20DE%2028%20DE%20ABRIL%20DE%202016&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20uso%20do,federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.727%2C%20DE%2028%20DE%20ABRIL%20DE%202016&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20uso%20do,federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional). Acesso em: 7 nov. 2023.



BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. *Diário Oficial*: seção 1, Brasília, DF, n. 155, p. 80, 14 ago 2009. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=14/08/2009>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Regulações de gênero. *Cadernos pagu*, Campinas, v. 42, p. 249-274, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CAPODILUPO, C. M.; NADAL, K. L.; CORMAN, L.; HAMIT, S.; LYONS, O. B.; WEINBERG, A. The manifestation of gender microaggressions. In: SUE, D. W. (ed.). *Microaggressions and marginality: manifestation, dynamics, and impact*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010, p. 193–216.

CARVALHO, F. A. de. Para além de “meninas vestem rosa, meninos vestem azul”: as conjunturas e as ideologias nos novos rumos da educação para os gêneros e as sexualidades. *Educação*, Santa Maria, v. 45, n. 1, p. 1-30, 2020.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bwWdcsDTNwS9mxzBkX6MSmx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CARVALHO, M. E. P. de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/nz4YCKy5vtfK8NKYSsVHWTr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (Brasil). *Resolução CFP nº 001, de 22 de março de 1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, DF: CFP, 22 mar. 1999. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em: 8 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (Brasil). *Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018*. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF: CFP, 29 jan. 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

DEV, S.; MONAJATIPOOR, M.; OVALLE, A.; SUBRAMONIAN, A.; PHILLIPS, J. M.; CHANG, K.-W. Harms of gender exclusivity and challenges in non-binary representation in language technologies. In: CONFERENCE ON EMPIRICAL METHODS IN NATURAL LANGUAGE PROCESSING, 2021, Punta Cana. *Proceedings [...]*. [S. l.]: ACL anthology, 2021. p. 1968–1994. Disponível em: <https://aclanthology.org/2021.emnlp-main.150/>. Acesso em: 05 fev. 2024.



HYDE, J. S.; BIGLER, R. S.; JOEL, D.; TATE, C. C.; ANDERS, S. M. V. The future of sex and gender in psychology: five challenges to the gender binary. *American Psychologist*, Washington, DC, v. 74, n. 2, p. 171-193, 2019. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2018-32185-001>. Acesso em: 05 fev. 2024.

JACKMAN, M. R. Violence in social life. *Annual review of sociology*, [United States], v. 28, p. 387-415, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3069247?seq=1>. Acesso em: 05 fev. 2024.

KCOMT, L.; GOREY, K. M.; BARRETT, B. J.; MCCABE, S. E. Healthcare avoidance due to anticipated discrimination among transgender people: a call to create trans-affirmative environments. *SSM-Population Health*, [Oxford], v. 11, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352827320302457>. Acesso em: 05 fev. 2024.

KURZBAN, R.; LEARY, M. R. Evolucionary origins of stigmatization: the functions of social exclusion. *Psychological Bulletin*, Washington, DC, v. 127, n. 2, p. 187-201, 2001. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2001-16969-001>. Acesso em: 05 fev. 2024.

LANZ, L. *O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36800>. Acesso em: 05 fev. 2024.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Proposições*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2024.

MARTÍNEZ-GUZMÁN, A.; ÍÑIGUEZ-RUEDA, L. Discursive practices and symbolic violence towards the LGBT community in the university context. *Special Supplement: qualitative research in psychology*, Ribeirão Preto, v. 27, p. 367-375, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/4NmySrm55Hhgpn5y3RBqmmz/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MATSUNO, E.; BUDGE, S. L. Non-binary/genderqueer identities: A critical review of the literature. *Current Sexual Health Reports*, [United States], v. 9, n. 3, p. 116-120, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11930-017-0111-8>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MCGUIRE, J. K.; KUVALANKA, K. A.; CATALPA, J. M.; TOOMEY, R. B. Transfamily theory: how the presence of trans\* family members informs gender development in families. *Journal of Family Theory & Review*, [United States], v. 8, n. 1, p. 60-73, 2016. Disponível em: [https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jftr.12125#:~:text=The%20presence%20of%20a%20trans\\*%20person%20in%20the%20family%20brings,to%20the%20birth%20assigned%20sex](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jftr.12125#:~:text=The%20presence%20of%20a%20trans*%20person%20in%20the%20family%20brings,to%20the%20birth%20assigned%20sex). Acesso em: 22 fev. 2024.

MOORE, H. Compreendendo sexo e gênero. In: INGOLD, T. (ed.). *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Tradução de Júlio Assis Simões. London: Routledge, 1997. p. 813-830. Tradução feita de forma independente. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/269229/mod\\_resource/content/0/henrietta%20moore%20](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/269229/mod_resource/content/0/henrietta%20moore%20)



compreendendo%20sexo%20e%20g%C3%AAnero.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

MOULTON, J.; ROBINSON, G. M.; ELIAS, C. Sex bias in language use: “Neutral” pronouns that aren’t. *American Psychologist*, v. 33, n. 11, p. 1032–1036, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.33.11.1032>. Acesso em 22 fev. 2024.

NADAL, K. L.; SKOLNIK, A.; WONG, Y. Interpersonal and systemic microaggressions toward transgender people: implications for counseling. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 55-82, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15538605.2012.648583>. Acesso em: 22 fev. 2024.

NADAL, K. L. *That’s so gay!* Microaggressions and the lesbian, gay, bisexual, and transgender community. Washington, DC: American Psychological Association, 2013. (Perspectives on Sexual Orientation and Gender Diversity Series).

NELSON, T. D. *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*. 2. ed. New York: Psychology Press, 2015.

NEVES, A. L. M. Família, cuidado e proteção das infâncias trans: indagações necessárias para a prevenção de violências. In: MONTEFUSCO, C.; NASCIMENTO, I. R.; FERREIRA, L. (org.). *Violências: epistemologias, práticas e possibilidades de prevenção*. EDUA: Manaus; Embu das Artes: Alexa Cultural, 2020, v. 2.

NOELLE-NEUMANN, E. The spiral of silence a theory of public opinion. *Journal of communication*, [United States], v. 24, n. 2, p. 43-51, 1974. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.1974.tb00367.x>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PEARCE, R. A methodology for the marginalised: Surviving oppression and traumatic fieldwork in the neoliberal academy. *Sociology*, [United Kingdom], v. 54, n. 4, p. 806-824, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038520904918>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PIERCE, C. Offensive mechanisms. In: BABOUR, F. B. (ed.). *The black seventies*. Boston: P. Sargent, 1970, p. 265-282.

RAHILLY, E. P. The gender binary meets the gender-variant child: parents’ negotiations with childhood gender variance. *Gender & Society*, [United Kingdom], v. 29, n. 3, p. 338-361, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0891243214563069>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs: journal of women in culture and society*, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

RICHARDS, C.; BOUMAN, W. P.; SEAL, L.; BARKER, M. J.; NIEDER, T. O.; T’SJOEN, G. Non-binary or genderqueer genders. *International Review of Psychiatry*, [London], v. 28, n. 1, p. 95-102, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.3109/09540261.2015.1106446>. Acesso em: 22 fev. 2024.

RICHMAN, L. S.; LEARY, M. Reactions to discrimination,



stigmatization, ostracism and others forms of interpersonal rejection: a multi-motive model. *Psychological Review*, [Washington, DC], v. 116, n. 2, p. 365-383, 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2763620/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RIVA, P.; ECK, J. The many faces of social exclusion. In: RIVA, P.; ECK, J. (ed.). *Social exclusion: psychological approaches to understanding and reducing its impact*. Switzerland: Springer, 2016. p. 9-15.

ROCON, P. C.; RODRIGUES, A.; ZAMBONI, J.; PEDRINI, M. D. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjygRzLqfd8vRD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2024.

ROCON, P. C.; SODRÉ, F.; ZAMBONI, J.; RODRIGUES, A.; ROSEIRO, M. C. F. B. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, SP, v. 22, n. 64, p. 43-53, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/V3t4XwP5dNGDHkcfXSfJDCj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SCHNEIDER, K. T.; WESSELMANN, E. D.; DESOUSA, E. R. Confronting subtle workplace mistreatment: the importance of leaders as allies. *Frontiers in Psychology*, v. 8, p. 1-4, 23 June 2017. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2017.01051/full>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SEIDMAN, S. Critique of compulsory heterosexuality. *Sexuality Research & Social Policy*, [United States], v. 6, n. 1, p. 18-28, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1525/srsp.2009.6.1.18>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SILVA, A. R. P.; NEVES, A. L. M.; MASCARENHAS, S. A. N. Relações de gênero e diversidade sexual na escola: a docência na minimização de preconceitos em tempos de “ideologia de gênero”. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 24, p. 33-48, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5507>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SIMMONS, H.; WHITE, F. Our many selves. In: ERICKSON-SCHROTH, L. (ed.). *Trans bodies, trans selves: a resource for the transgender community*. New York: Oxford University Press, 2014.

STRYKER, S. *Transgender history: the roots of today's revolution*. 2. ed. California: Seal Press, 2017. (Serie Seal Studies).

SUE, D. W.; CAPODILUPO, C. M.; TORINO, G. C.; BUCCERI, J. M.; HOLDER, A. M. B.; NADAL, K. L.; ESQUILIN, M. Racial microaggressions in everyday life: implications for clinical practice. *American psychologist*, Washington, DC, v. 62, n. 4, p. 271-286, 2007. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2007-07130-001>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SZYMANSKI, D. M.; GUPTA, A.; CARR, E. R.; STEWART, D. Internalized misogyny as a moderator of the link between sexist events



and women's psychological distress. *Sex Roles: a journal of research*, Washington, DC, v. 61, n. 1, p. 101-109, 2009. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2009-09694-008>. Acesso em: 22 fev. 2024.

TABAAC, A.; PERRIN, P. B.; BENOTSCH, E. G. Discrimination, mental health, and body image among transgender and gender-non-binary individuals: constructing a multiple mediational path model. *Journal of gay & lesbian social services*, [London], v. 30, n. 1, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10538720.2017.1408514>. Acesso em: 05 jan. 2024.

WAYNE, L. D. Neutral pronouns: a modest proposal whose time has come. *Canadian Woman Studies*, Toronto, v. 24, n. 2, 2005. Disponível em: <https://cws.journals.yorku.ca/index.php/cws/article/view/6122>. Acesso em: 22 fev. 2024

WILLIAMS, K. D; NIDA, S. A. Ostracism: Consequences and coping. *Current Directions in Psychological Science*, v. 20, n. 2, p. 71-75, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0963721411402480>. Acesso em: 22 fev. 2024.

